

Globalização e desigualdade

A globalização, ao mesmo tempo em que elevou os fluxos de capitais, de mercadorias e de investimentos diretos, aumentou a desigualdade entre os países ricos e pobres. Por esse e outros motivos, gerou descontentes e fez inimigos. Stanley Fisher encontra-se no grupo de seus defensores. O ex-vice-presidente do FMI afirma que, quando se consideram os indivíduos, constata-se que a globalização tem contribuído para a diminuição da pobreza e da desigualdade.

por **Frederico Araujo Turolla** FGV-EAESP

A globalização tem sido vista como um fenômeno inevitável e paradoxal. Os avanços nos campos da comunicação e dos transportes, por exemplo, estão integrando o mundo de tal forma que a própria existência de fronteiras nacionais está sob ameaça. Nesse e em outros casos, há razoável consenso sobre os progressos conseguidos. Porém, quan-

do se analisam questões de impacto social, como distribuição de riqueza e desigualdades, há forte dissenso.

De fato, é relevante questionar se a evolução do processo de globalização vem contribuindo ou não para a redução das desigualdades entre países ricos e pobres. A análise dos dados de renda média por habitante não dá razão para otimismo:

justamente nas duas últimas décadas, quando o mundo assistiu a uma aceleração da globalização, o fosso que separa os países de renda alta dos demais se aprofundou.

Stanley Fischer, um economista nascido em Zâmbia, ex-professor do MIT – Massachusetts Institute of Technology –, ex-vice-presidente do FMI – Fundo Monetário Internacional – e atual vice-presidente do Citigroup, procurou responder a essa questão a partir de uma ótica diferenciada. No discurso inaugural do congresso da American Economic Association deste ano, Fischer mostrou que a globalização pode estar aumentando a desigualdade entre os países, mas que, ao se considerarem os indivíduos, a desigualdade pode estar sendo reduzida.

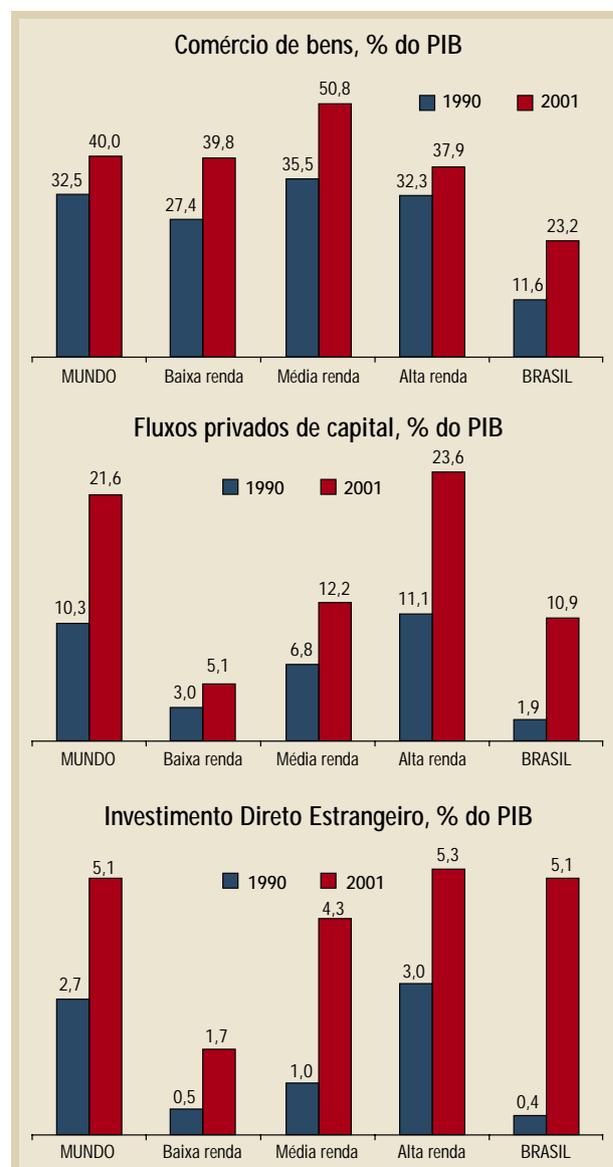
Ciclos. A globalização relaciona-se à crescente interdependência entre países, regiões geográficas e seus cidadãos. Nesse sentido, o Império Romano promoveu uma forma de globalização, ao avançar na integração de seus domínios por meio de redes de comunicação e transportes. A expansão ultramarina portuguesa igualmente desencadeou um processo de expansão econômica que ampliou a interdependência entre Estados e regiões. No século XIX, o mundo também presenciou um processo acelerado de globalização, abortado em seguida pela eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Nas últimas duas décadas, o mundo experimentou uma nova aceleração do processo de globalização. Uma característica dessa nova onda é o aumento dos fluxos financeiros e comerciais entre os países. Dia após dia, lemos no noticiário econômico discussões acerca dos chamados “capitais especulativos” e “capitais de investimento direto”, assim como polêmicas sobre verdadeiras batalhas comerciais envolvendo empresas e países.

O atual processo de globalização impressiona por sua magnitude. A importância do comércio internacional de mercadorias saltou de 32,5% para 40% da renda global entre 1990 e 2001 (Ver Gráfico 1a). Os fluxos de capital experimentaram um incremento ainda mais significativo: a importância nos fluxos internacionais privados de capital mais que dobrou, indo de 10,3% para o nível sem precedentes de 21,6% da renda global (Ver Gráfico 1b).

No mesmo período, os fluxos de investimento direto estrangeiro no mundo passaram de 2,7% para 5,1% (Gráfico 1c). Porém, embora tenham crescido em ritmo acelerado,

tais investimentos ainda não atingiram a importância que tiveram no movimento de globalização que ocorreu antes da Primeira Guerra. De forma análoga, os fluxos internacionais de trabalhadores também não atingiram o nível do começo do século passado, embora isso não reduza a importância dos atuais fluxos migratórios entre países menos desenvolvidos e países mais desenvolvidos.



Gráficos 1a, 1b, 1c: A globalização avança no comércio e nos fluxos de capital

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators, 2003

A posição dos países. Ao analisar o impacto da globalização sobre a questão da distribuição de riqueza, a desigualdade entre os países salta aos olhos. De um lado, temos um seleto grupo de países de alta renda *per capita*, que abriga cerca de 1 bilhão de pessoas. Esse grupo não chega a representar um sexto da população do planeta, mas detém mais da metade da renda mundial. De outro lado, temos 2,5 bilhões de pessoas que vivem em países de baixa renda, cuja fatia no bolo da renda mundial não chega a um terço.

Surpreendentemente, o professor Fischer argumenta que a globalização pode estar mudando esse quadro para melhor. Para entender seu argumento, é preciso primeiro observar a recente evolução da desigualdade entre os países. Uma forma de observar isso é por meio do Diagrama de dispersão 1. O diagrama relaciona o nível da renda *per capita* de um grupo de países em 1980 à taxa de crescimento médio anual da renda *per capita* desses países entre 1980 e 2000. Se a globalização tivesse contribuído para a redução das desigualdades, os países com menor renda *per capita* teriam as maiores taxas de crescimento. Em outras palavras, se a diferença entre países ricos e pobres tivesse diminuído naquele período, a linha de tendência que foi ajustada entre os pontos do diagrama deveria apresentar uma inclinação negativa. Mas não é isso que o diagrama apresenta: o que se vê é que a desigualdade entre países vem aumentando.

É fato que os países de baixa renda apresentaram taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto sistematicamente superiores às dos países de alta renda ao longo das últimas duas décadas. Entretanto, essa observação não constitui evidência de uma redução da desigualdade, já que os países mais desen-

volvidos em geral apresentam taxas de crescimento populacional mais modestas. Assim, o diferencial de crescimento absoluto entre o grupo dos países mais pobres e o grupo dos mais ricos foi reduzido sensivelmente nos anos 1990,

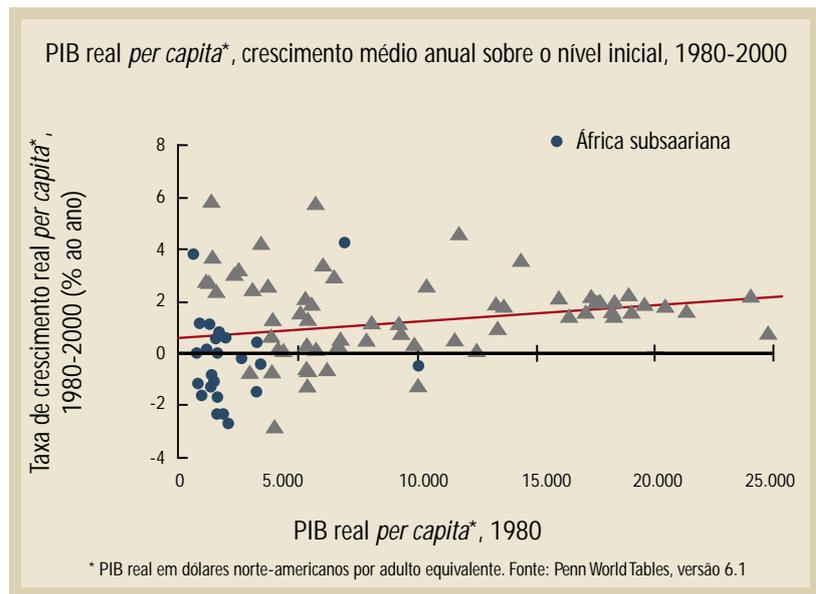


Diagrama de dispersão 1: A globalização aumenta a desigualdade entre os países

Fonte: Fischer, S. *Globalization and its challenges*, 2003.

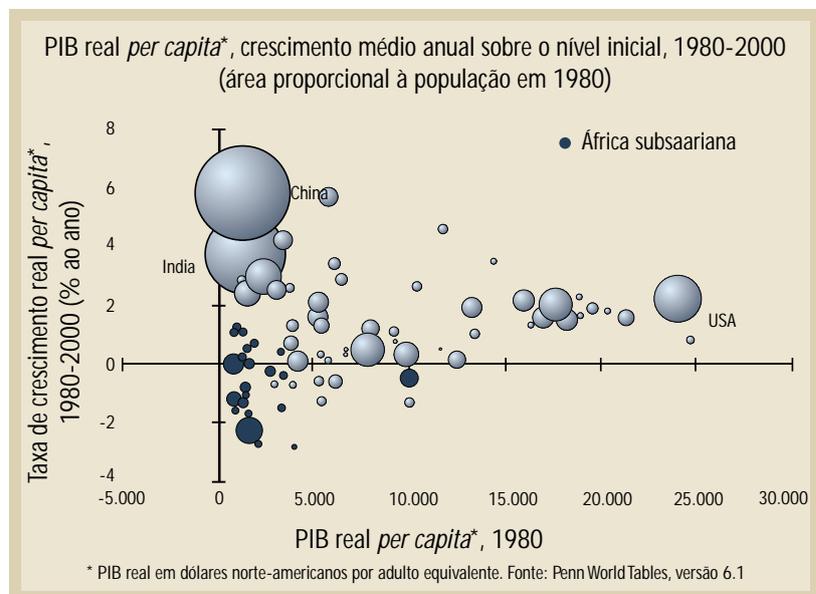


Diagrama de dispersão 2: Uma visão alternativa: crescimento proporcional à população

Fonte: Fischer, S. *Globalization and its challenges*, 2003.

mas o mesmo não se pode dizer com relação ao crescimento *per capita*.

A posição dos indivíduos. O argumento de Stanley Fischer pode ser resumido pelo Diagrama de dispersão 2. Nele, os pontos que representam cada um dos países foram ampliados para se tornarem círculos cuja área é proporcional à população do país. Os dois maiores círculos representam China e Índia, países que somados abrigam 37,6% da população mundial.

Esses países vêm apresentando desempenho econômico superior à média mundial nas últimas décadas, partindo de níveis de renda *per capita* relativamente baixos. A China cresceu a uma média estável de aproximadamente 10% ao ano nas últimas duas décadas, enquanto a taxa anual média da Índia, também estável, foi de aproximadamente 6%. Coincidentemente ou não, esses dois países foram os que mais decididamente se engajaram no processo de globalização, ampliaram o grau de abertura comercial e financeira de suas economias e conseguiram não apenas crescer, mas também reduzir a incidência da pobreza em sua população.

Segundo Fischer, o fato de que os dois países mais populosos, que são também os mais engajados na globalização, vêm avançando na redução de suas desigualdades internas sugere que o número de pessoas que têm sentido os efeitos benéficos da globalização é mais importante do que o número de países que poderiam estar se beneficiando do mesmo processo.

O Brasil vem participando ativamente do processo de globalização. Embora o país tenha elevado o padrão de vida médio de seus cidadãos, não reduziu a desigualdade de forma significativa.

Note-se que uma avaliação mais cuidadosa da questão esbarra na falta de uma base de microdados em escala global, já que as estatísticas do Banco Mundial são geralmente baseadas nas pesquisas de amostragem domiciliar realizadas diretamente pelos países, conforme suas próprias metodologias e a partir de levantamentos sujeitos a problemas técnicos e operacionais.

Linha de pobreza. Os dados do Banco Mundial sobre pobreza oferecem um reforço adicional para os argumentos do professor Fischer. Se o que importa é que o número de pessoas abaixo da linha de pobreza esteja diminuindo – ou seja, independentemente da distribuição, se o mais relevante é minimizar o número de pessoas que vivem abaixo de certas condições mínimas –, então aqui também a globalização teve efeito positivo: na década de 1990, o número de indivíduos que viviam com menos de US\$ 1 por dia, ajustado pela paridade do poder de compra, caiu de 1,3 milhão para 1,2 milhão de pessoas.

Entretanto, essa redução não foi uniforme. Nos países da África subsaariana, o número absoluto de pobres aumentou. Mesmo na América Latina, a pobreza absoluta apresentou leve crescimento nos anos 1990. Mas nos países do Leste e do Sul da Ásia, as duas regiões que são as “campeãs mundiais em pobreza absoluta”, ocorreu de fato uma redução pronunciada no número de pobres. Mais uma vez, o professor Fischer provoca a discussão: a pobreza cresceu em um número razoável de países, mas o número de pobres no mundo na realidade diminuiu!

O Brasil como contra-exemplo. Não é difícil encontrar, aqui entre nós, um contra-exemplo à tese do professor Fischer. O Brasil vem participando ativamente do processo de globalização. Embora o país tenha elevado o padrão de vida médio de seus cidadãos, não reduziu a desigualdade de forma significativa

Sob o ponto de vista do crescimento econômico, o Brasil aparentemente se beneficiou do processo de globalização. Nos anos 1990, o crescimento foi superior ao dos anos 1980. A economia expandiu-se depois de 1994, após a estabilização dos preços. É significativo o fato de que a variação média da renda *per capita* brasileira entre 1981 e 1989, na chamada “década perdida”, foi da ordem de 0,3% ao ano, mas foi ainda pior entre 1990 e 1994, quando ela se reduziu em média 0,3% ao ano. A segunda metade dos anos 1990 mostra uma melho-

ra do desempenho. Após o Plano Real, a variação média da renda *per capita* passou a apresentar um crescimento de 1,2% ao ano entre 1995 e 1998, e de 0,8% ao ano entre 1999 e 2002. É possível argumentar que boa parte desse comportamento se deve a políticas internas, embora não se deva deixar de lado o fato de que tais políticas, a partir dos anos 1990, lançaram mão, de forma explícita, da promoção de uma maior abertura comercial e financeira, ou seja, de uma maior exposição à globalização.

A análise dos dados anuais da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – mostra que a desigualdade entre as pessoas permanece relativamente estável há duas décadas, apesar da globalização. A fração dos 1% mais ricos da população mantinha, em 1999, o controle de aproximadamente 13% da renda nacional, patamar parecido com o verificado no início dos anos 1980. No mesmo período, os 10% mais ricos mantiveram sua participação na renda nacional estável no patamar de 47%. Enquanto isso, os 20% mais pobres continuaram restritos a ínfimos 2% da renda nacional. Alguns indicadores que podem ser elaborados a partir dos dados das PNADs apontam para uma leve redução da desigualdade, mas não é possível afirmar que houve um avanço significativo nas últimas décadas.

Se os argumentos do professor Fischer estiverem certos, onde foi que o Brasil errou? Talvez uma das respostas a essa questão esteja no padrão de participação do Brasil no processo de globalização. Na primeira metade dos anos 1990, o país promoveu uma abertura unilateral de sua economia. Tal abertura, apesar de ter sido importante no processo de modernização da economia e na contenção do processo hiperinflacionário, correspondeu a um desperdício de boas oportunidades de acesso ao mercado internacional, por intermédio de contrapartidas que poderiam ser obtidas. De maneira geral, pode-se afirmar que o Brasil avançou na abertura comercial e financeira como um objetivo em si, não a utilizando como um meio para a promoção do crescimento e para a redução da desigualdade.

O que esperar da globalização? A *rationale* de Fischer é convincente. Porém, é útil separar seus argumentos em duas partes: a evidência empírica e as implicações sobre políticas. Sob o ponto de vista da evidência empírica,

pode-se aceitar que a desigualdade entre as pessoas venha caindo nas últimas duas décadas, a despeito de uma maior desigualdade entre países. Quanto às implicações sobre políticas, cabe questionar: estaria o fato apontado por Fischer diretamente ligado à globalização? O caso brasileiro sugere que não. No Brasil, a maior exposição à globalização, em especial ao longo dos anos 1990, não foi seguida de redução das desigualdades. Pode-se então levantar a hipótese de que o fato verificado por Fischer esteja mais relacionado a políticas pontuais de alguns países muito populosos, principalmente China e Índia, do que diretamente à globalização. A maior abertura econômica não deve ser mera coincidência na história daquelas nações, mas pode ser apenas um coadjuvante importante de seu sucesso no *front* da redução das desigualdades.

Fischer mostrou que não faz sentido ser contra a globalização – China e Índia prosperaram contra a desigualdade por meio dela ou, no mínimo, apesar dela. Entretanto, também não é sensato adotar uma postura cegamente favorável a tudo que seja globalizante, como se fosse inerentemente bom ou inevitável.

O que fazer, então? Cabe a países como o Brasil buscar uma participação no movimento de globalização que considere as oportunidades que o processo pode oferecer. Em outras palavras, deve-se buscar a abertura da economia de forma seletiva, observando o interesse nacional. Assim, se nosso processo de abertura esbarrar em resistências por parte de nossos parceiros, é preferível não abrir, ou buscar setores menos protegidos de atuação.

Poderíamos, por exemplo, incentivar maciçamente o turismo receptivo internacional, uma atividade em que temos vantagens comparativas e que está menos sujeita às duras e frustrantes negociações, como se viu em Cancún na última conferência ministerial da OMC – Organização Mundial do Comércio. Em suma, devemos agir estrategicamente, tendo como foco os objetivos nacionais e seus desdobramentos em termos de promoção da atividade econômica e redução da desigualdade.

Frederico Araujo Turolla

Doutorando em Economia de Empresas na FGV-EAESP
Prof. de Economia da ESPM e das Faculdades Oswaldo Cruz
E-mail: fredturolla@gvmail.br